



## Economia Real

Luís Mira Amaral  
geral@forumcompetitividade.org

### O EURO E O MELHOR DÉFICE?

elicito Mário Centeno pelo 'milagre' de um défice público entre 2,1 e 2,3% do PIB em 2016 num contexto de crescimento anémico (apenas 1,4%, bem abaixo do previsto 2,4% pelo PS no Excel eleitoral...) e das pressões sobre a despesa pública! Tal deve-se às receitas extraordinárias do perdão fiscal, ao aumento das receitas dos impostos indiretos, às cativações de verbas nos serviços públicos, ao adiamento de despesas para o ano seguinte, à travagem do investimento público e à redução do desemprego.

Quanto a ser o melhor défice da nossa democracia, embora seja útil para 'vender' em Bruxelas, não é bem assim: em 1989 Miguel Cadilhe conseguiu um défice de 2,1% após uma gestão de quatro anos com melhoria consecutiva dos indicadores das finanças públicas; não podemos comparar os anos antes do euro com o pós-euro, pois antes pagávamos em juros da dívida pública valores entre 6 a 8% do PIB e no euro gastamos nesta rubrica só 3 a 4,5%, o que leva a que seja o saldo primário (expurgado desses juros) o melhor indicador para medir a 'qualidade' do saldo orçamental (o défice é um saldo negativo). Em 2016, pagámos 4,3% do PIB em juros da dívida pública, sendo ela 130% do PIB, enquanto

### Não se pode falar só na reestruturação da dívida, para reduzir os 4.3 do PIB gastos em juros

que em 1989 se tinha pago 6,2%, sendo ela só 53% do PIB. Então, o saldo primário de 2016 é de 2,2% do PIB, inferior aos 4,1% de 1989.

Mas com a travagem do investimento público devemos também comparar os saldos primários correntes (expurgados desta rubrica). Em 2016, a despesa pública em FBCF foi apenas de 1,9% do PIB contra 3,5% em 1989, pelo que os saldos primários correntes foram em 2016 e em 1989 respetivamente de 4,9% e 7,4% do PIB. Embora nem todo o investimento público seja 'boa' despesa, esta travagem compromete o PIB potencial e logo o crescimento económico futuro.

Esta deterioração das finanças públicas acontece porque, apesar da poupança nos juros com a entrada no euro (que chegou a ser de 5 p.p. do PIB), se aumentou dramaticamente a despesa corrente primária (sem juros e sem investimento público), a qual passou de 25% do PIB em 1989 para 40% atualmente, ou seja, + 15 p.p. do PIB!

Numa lógica de libertação de recursos para financiar a economia, não se pode falar só da reestruturação da dívida, para reduzir os 4,3% do PIB gastos em juros, esquecendo os 40% do PIB gastos em despesa corrente primária. Temos que tratar também da reestruturação do Estado e do corte estrutural da despesa pública!

Engenheiro (IST)  
e Economista (Msc NOVASBE)